

Minas Gerais amplia transparência com novo relatório de fiscalização ambiental moderno e interativo

Qua 09 julho

O [Governo de Minas Gerais](#) deu mais um passo rumo à modernização e à transparência na gestão ambiental e lançou, por meio da [Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável \(Semad\)](#), o [Relatório Anual de Fiscalização Ambiental](#), com dados referentes ao ano de 2024.

A publicação apresenta um panorama completo das ações fiscalizatórias realizadas em parceria com a [Polícia Militar de Minas Gerais \(PMMG\)](#) e traz como novidade uma interface digital mais moderna, acessível e interativa.

Além de reunir informações estratégicas sobre o combate às irregularidades ambientais no Estado, o Relatório Anual de Fiscalização Ambiental 2024 aposta na democratização do acesso aos dados.

Por meio de um novo painel interativo, o público pode explorar os dados de forma personalizada, utilizando filtros por tipo de infração, atividade fiscalizada ou município. A iniciativa fortalece o controle social e reafirma o compromisso da gestão estadual com a transparência e a participação cidadã.

Para a superintendente de Inteligência da Semad, Elisângela Tonon, a análise detalhada dos dados permite identificar padrões de ocorrência, áreas mais sensíveis e tipos de infrações mais recorrentes. "Isso nos permite direcionar as ações futuras com estratégia e inteligência", frisa Tonon.

Balanço das ações em 2024

Durante o ano de 2024, a Semad e a PMMG realizaram 47.824 ações fiscalizatórias, o que resultou na detecção de 14.913 infrações ambientais e na verificação de 53.477 atividades no território mineiro.

As infrações mais recorrentes envolveram recursos florestais, seguidas por irregularidades em atividades potencialmente poluidoras, fauna, recursos hídricos e recursos pesqueiros. Em relação às sanções, 93% das penalidades foram aplicadas na forma de multa simples, sendo que 75% dessas multas ficaram abaixo de R\$ 24.022,64. O valor mediano das multas foi de R\$ 7.127,60, evidenciando a proporcionalidade das punições às condutas irregulares.

Planejamento e eficiência

O relatório também destaca a importância do Plano Anual de Fiscalização (PAF), que orienta a

atuação fiscalizatória com base nas prioridades ambientais estabelecidas previamente pelo Estado. A ferramenta permite melhor alocação de recursos e maior eficiência na resposta às denúncias e no enfrentamento dos danos ambientais.